

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ, MARANHÃO

Gilvanete Veras de Sousa Barros; Dinorá Almeida Veloso; José Luís dos Santos Sousa.

Universidade Federal do Maranhão; Secretaria Municipal de Educação; E-mail:gilvanete.barros@hotmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem por intuito observar de que forma se dá o atendimento nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) no município de Grajaú/MA, cuja função é contribuir para a formação social de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, sejam elas deficiências físicas, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O projeto de pesquisa foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e de campo com a aplicação de questionários estruturados, procurando entender quais os desafios e possibilidades do Atendimento Educacional Especializado enquanto mecanismo de inclusão para alunos com necessidades especiais, problematizando ainda as condições pedagógicas e estruturais que trabalham com este público diferenciado. Conclui-se que precisa buscar uma melhoria em tal atendimento para que o mesmo vá de acordo com as exigências da legislação, mas cabe ressaltar o empenho de todos em busca de uma educação inclusiva, além da alegria das famílias que tem seus filhos atendidos nas salas de Atendimento educacional Especializado.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

Introdução

A educação especial tem caminhado historicamente no sentido de garantir o seu papel no processo de transformação da sociedade. Mais especialmente, em relação à educação especial, esta busca tem se pautado em diferentes concepções teóricas, legais e principalmente, de discursos com o objetivo de contribuir para a ascensão mais notória de uma educação que inclua as pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional.

Nesse aspecto, o problema evidenciado neste estudo refere-se a como se dá o ensino nas salas de Atendimento Educacional Especializado-AEE na rede pública de ensino de Grajaú/MA, haja vista que atualmente cerca de 350 pessoas em Grajaú.

Tendo em vista que as salas de Atendimento Educacional Especializado se constituem como uma realidade da educação de Grajaú/MA, seja como uma sala de educação especial, ou como um contra turno para alunos com necessidades especiais e que também estudam na escola regular, torna-se importante que se analise a função social da escola nesse processo, destacando

em especial, a complexidade da prática pedagógica dentro da discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, além disso, deve-se evidenciar a importância da formação do professor para a Educação Especial e Inclusiva, a questão da diversidade e heterogeneidade dos alunos, bem como outras questões que envolvem a temática.

Dessa forma, este trabalho problematiza sobre de que maneira funcionam as salas de Atendimento Educacional Especializado em Grajaú/MA e como este ensino atua em prol da inclusão de alunos especiais na escola regular.

Pressupostos Teóricos sobre o Desenvolvimento da Educação Especial e a Implementação das AEE

Ao falar sobre a Educação Especial, torna-se essencial observar sua história no aspecto educacional e social, bem como fazer uma análise sobre os pressupostos teóricos, discursivos e legais que elegem a Educação Especial como um importante elemento para a inclusão educacional e social dos indivíduos.

No aspecto histórico, são relevados momentos distintos em relação ao papel e o lugar ocupado pela pessoa com deficiência na sociedade. Durante muito tempo a Educação Especial não foi discutida e trabalhada de forma efetiva, nessa forma, podemos conceber os seguintes períodos históricos da pessoa com deficiência: 1. Extermínio/abandono; 2. Assistencialismo/filantropia; 3. Institucionalização/Exclusão 4. Integração e Inclusão Social.

O primeiro presente é datado da era Pré-Cristã, precisamente na Grécia Antiga, por ser uma sociedade que cultuava a beleza física e intelectual, havia uma forte intolerância contra aqueles que não eram considerados “normais” ou sadios, sobre isso, afirma-se que:

Em Esparta, os meninos a partir dos 7 aos 37 anos, deveriam estar a serviço do exército. Devido a isso havia uma exigência de pessoas saudáveis, capazes de defender o Estado nas constantes batalhas. Aqueles que tivessem algum tipo de deficiência não estariam aptos para o exercício da guerra. Ao nascer, os bebês eram levados a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade.

[...] Em Atenas, considerada por muitos como o berço da civilização, o trato para com as pessoas com deficiência não era diferente daquele tratamento dado em Esparta. No caso do nascimento de um bebê com alguma deficiência, era o próprio pai quem deveria matá-lo. O extermínio de crianças com deficiências era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume (ROSSETTO; ADAMI et. al, 2006, p. 104).

Dessa forma, evidencia-se que a criança deficiente era considerada como irrelevante para a sociedade grega, tendo em vista que ela não serviria aos objetivos intelectuais ou militares, estimulando dessa maneira, o sacrifício de bebês doentes ou deformados.

Enquanto os indivíduos com deficiência eram considerados frutos do mal, legitimou-se a concepção da existência de pessoas com dons especiais, que seriam escolhidos por Cristo para a realização de milagres, em contraponto, a premissa de que a caridade para com os pequenos e excluídos conduziria a salvação da alma fez com que se proliferassem asilos de abrigos e assistência para os deficientes, surgindo dessa forma o período assistencialista/filantropico.

No período de institucionalização/exclusão, as pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem, sendo remanejadas para instituições residenciais ou escolas especiais, que geralmente situavam-se em locais distantes de suas famílias (ARANHA, 2005).

Durante os períodos anteriores, as pessoas com necessidades especiais tinham o direito a frequentarem uma escola negada, o que mudou a partir da adoção do sistema de cascata, que se caracterizava como uma forma condicional de inserção das pessoas com deficiência na vida escolar, a partir das seguintes modalidades: sala regular, classe especial ou instituição especializada.

Considera-se que o movimento de integração escolar e os serviços deveriam ser organizados de forma a permitir que os alunos com deficiência pudessem transitar de ambientes educacionais menos segregados, como a escola e a classe especial, para a classe comum do ensino regular, na qual receberia suporte por meio do ensino itinerante e das salas de recursos.

Na perspectiva de incluir na educação estes indivíduos até então marginalizados pela sociedade, propunha-se reformulação dos currículos, das formas de avaliação, da formação dos professores a partir da introdução de uma política educacional mais democrática, enfatizando no sistema educacional a necessidade de uma educação que valorizasse a diversidade, legitimando dessa maneira:

[...] a ampliação das referências à construção de uma escola inclusiva, das críticas aos modos consolidados de atuação da educação especial – principalmente nas escolas públicas –, e o desenvolvimento de experiências mais inovadoras de inserção educacional das pessoas com necessidades especiais nas redes municipais de ensino, sobretudo a partir da educação infantil. (FERREIRA, 2006, p. 91).

Passa-se a buscar uma educação especial, voltada de TODOS PARA TODOS onde os ditos "normais" e os portadores de algum tipo de deficiência poderão aprender uns com os outros. Uma depende da outra para que realmente exista uma educação de qualidade.

Com a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), foram definidos os rumos para a Educação Especial e Inclusiva, bem como sobre a formação pedagógica para atuar nessa área. Passou-se a discutir também sobre de que forma a sociedade poderia contribuir para

uma inserção mais efetiva das pessoas com necessidades especiais não somente na educação, mas em outras instâncias sociais, essa inserção seria resultante de uma transformação social, que valorizasse a diversidade e propiciasse plenas condições para que as necessidades de todos fossem atendidas.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação realça de forma significativa a Inclusão e Integração dessa parcela da população de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações que possibilitem a prática e envolvimento dos indivíduos com necessidades especiais no contexto social, na perspectiva de que elas devem ser integradas à escola.

É nesse contexto que evidenciamos o AEE que é um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 17).

Os alunos atendidos pelo AEE são:

Alunos com deficiência: aqueles com impedimentos de longo prazo nos aspectos físico, intelectual ou sensorial que podem dificultar sua participação plena no âmbito social a partir das barreiras que lhe são impostas (BRASIL, 2008)

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles com quadro de alterações no sistema neuropsicomotor, que interferem diretamente no desenvolvimento psicomotor e da comunicação, englobando indivíduos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e transtornos invasivos sem outra especificação (BRASIL, 2008)

Alunos com altas habilidades/superdotação: Alunos com potencial elevado de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento humano, sejam elas combinadas ou isoladas, interferindo no desenvolvimento intelectual, moral e psicomotor destes indivíduos (BRASIL, 2008).

O AEE atua no desenvolvimento desses alunos, disponibilizando recursos linguísticos e simbólicos para auxiliar na comunicação, oferecendo Tecnologia Assistida, fazendo adequações nos materiais didáticos e pedagógicos para que os alunos tenham suas necessidades específicas respeitadas, além de oportunizar a dinamização do currículo para alunos com altas habilidades.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi fundamental, por se tratar de um instrumento necessário para a fundamentação de um procedimento de investigação. Segundo Gil (2010), “as pesquisas bibliográficas são elaboradas com base em material já

publicado”. A mesma foi fundamentada nos trabalhos de Almeida (2010), Aranha (2005), Brasil (1996; 2005), Ferreira (2006) dentre outros autores que discutem a temática, suscitando questionamentos significativos para a compreensão da mesma.

A pesquisa de campo foi fundamentada na abordagem qualitativa, para entender os acontecimentos mediante a realidade, como afirma Teixeira (2003) “na pesquisa qualitativa, o social é visto como mundo de significados possíveis de investigação dos atores sociais e suas práticas”.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, tendo por sujeitos de pesquisa 04 professores que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado no município de Grajaú/MA.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa preliminar na Secretaria Municipal de Grajaú/MA sobre a quantidade de escolas atendidas, alunos, professores e profissionais que integram as salas de Atendimento Educacional Especializado no município.

Na zona urbana, 09 escolas são atendidas pelos AEE, já na zona rural, há 07 escolas, atendendo no total, 88 alunos. Não foi informada a quantidade de professores e profissionais (psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogas, psiquiatras e oftalmologistas) participam do AEE, todavia, foram contactados 04 professores que concordaram em responder os questionários com 08 perguntas que foram disponibilizados.

A análise do questionário foi realizada através da análise das respostas dos participantes da pesquisa. O resultado da pesquisa está apresentado em forma de gráficos com respectiva porcentagem.

Resultados e discussão

Com base nas informações coletadas, procurou-se evidenciar justamente as perspectivas dos professores dos AEE sobre como este é concebido no contexto educacional de Grajaú/MA, na perspectiva de levar em consideração as especificidades da Educação Especial e Inclusiva.

No intuito de compreender tal realidade primeiramente questionou – se qual a formação dos professores entrevistados, conforme exposto no gráfico abaixo:

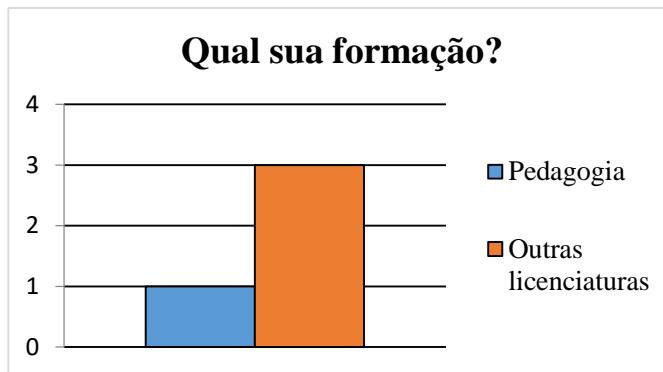


GRÁFICO 1- Formação dos professores dos AEE

Fonte: Autor, 2015

De acordo com as respostas, evidencia-se que a área de formação dos entrevistados é diversa, não existindo um padrão. Dentre os 04 entrevistados, um é formado em Pedagogia, enquanto os demais são formados em Geografia, Ciências Humanas (Interdisciplinar) e Ciências. Todavia, dois dos entrevistados realizaram uma formação especial, que os habilitou a trabalhar de forma mais efetiva com alunos portadores de necessidades especiais, sobre isso, Lebedef e Pereira (2005) destacam que a qualidade da educação para pessoas com deficiências depende da qualidade da formação dos professores, demonstrando que uma boa formação docente pode ser determinante para a inclusão escolar.

Considerando que os AEE funcionam em período contra turno, geralmente com alunos que são da escola, problematizou-se como se dava o planejamento escolar relacionado com o AEE.

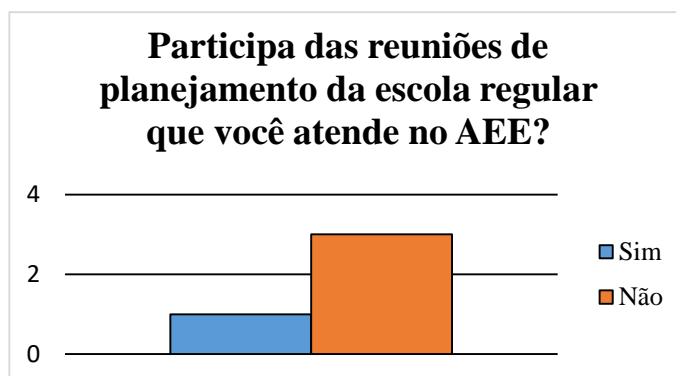


GRÁFICO 2- Participação dos professores do AEE no planejamento da escola regular

Fonte: Autor, 2015.

Grande parte dos entrevistados destaca que não praticam do planejamento da escola regular, o que de certa forma impõe certos desafios ao aluno que participa das duas modalidades, tendo em vista que o planejamento não leva em consideração o aprendizado que este aluno obtém no AEE, fragilizando o processo de aprendizado específico que ele está sendo submetido, sobre isso, Brasil (2007, p. 07) discorre que “Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades

educacionais especiais (...).”

Com base nessa questão, levantou-se outra importante questão, que nortearia uma maior compreensão sobre a questão abordada anteriormente: O AEE na própria escola que o aluno estuda:

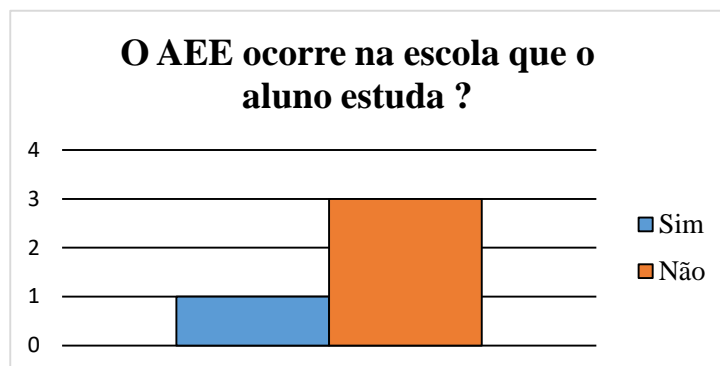


GRÁFICO 3- A realização do AEE na escola que o aluno estuda
Fonte: Autor, 2015.

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2009), na escola comum o Atendimento Educacional Especializado deve ser ofertado em salas de recursos multifuncionais, todavia, existem polos de atendimento em diferentes escolas do município, conforma a necessidade da clientela em contra turno.

A inexistência de AEE em algumas escolas em que os alunos estudam regularmente acaba impedindo que o trabalho pedagógico seja desenvolvido de forma mais significativa, principalmente porque “[...] a escola comum é o ambiente mais adequado para garantir [...] a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral”. (MANTOAN, 2006, p. 27).

Considerando que muitas escolas em Grajaú possuem estrutura física precária e que não garantem a acessibilidade, buscou-se compreender como essas condições físicas interferem no trabalho do AEE:

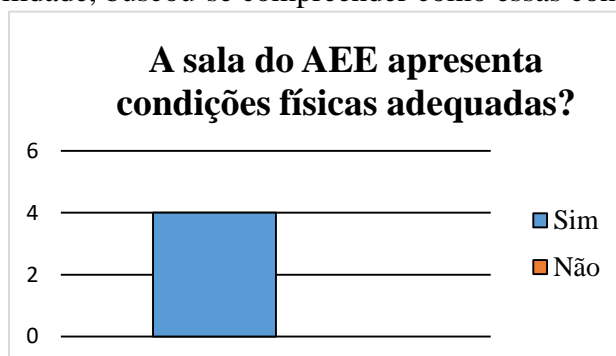


GRÁFICO 4 - As condições físicas das salas dos AEE
Fonte: Autor, 2015.

Conforme as respostas dos entrevistados, evidenciou-se que apesar de muitas escolas não possuírem uma boa estrutura física, os profissionais do AEE fazem adaptações nas salas, a fim de atender os mais variados públicos, como deficientes físicos ou com limitações motoras, procurando tornar o ambiente o mais acessível possível.

Tendo em vista que o Atendimento Educacional Especializado “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008 p. 17).

Quando a escola cria condições efetivas que auxiliam no desenvolvimento da Educação Especial Inclusiva, a acessibilidade passa a ser evidenciada de outra forma, levando a uma importante reflexão sobre como a escola pública está garantindo essa acessibilidade com os AEE, conforme exposto no seguinte gráfico:

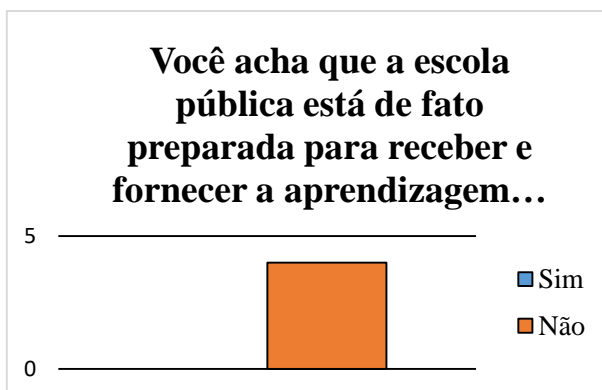


GRÁFICO 5- Preparo da escola pública no atendimento dos alunos do AEE

Fonte: Autor, 2015.

Sobre isso, deve-se problematizar que “a iniciativa da inclusão escolar deve partir da Educação Regular, e não da Educação Especial, que deve assumir um papel, de colaborador coadjuvante neste processo” (MENDES, 2008, p. 94).

Concebendo a relevância dessa questão, buscou-se compreender como a escola regular participa da rotina educacional dos alunos que participam do AEE:

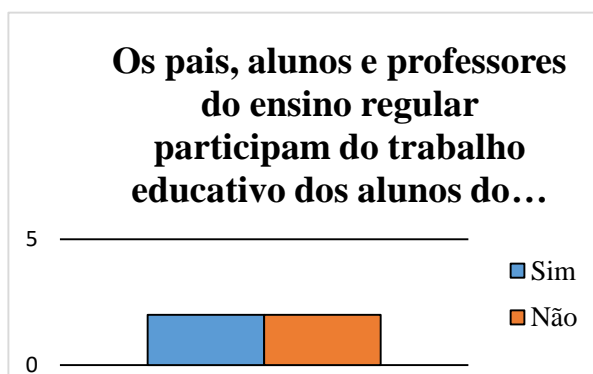


GRÁFICO 6- Participação da equipe docente, discente e comunidade escolar no trabalho educativo do AEE

Fonte: Autor, 2015

Há opiniões divergentes sobre essa questão, demonstrando que nem todas as escolas regulares que possuem salas do AEE realizam trabalhos conjuntos, a fim de levar à comunidade docente e discente uma maior compreensão sobre a importância do respeito ao que é diferente, bem como fazendo com que o aluno do AEE se sinta integrado ao meio educacional, dessa forma.

A participação da comunidade usuária (pais, alunos, professores) legitima a tentativa de romper com determinados preconceitos envolvendo os sujeitos com necessidades especiais, além de reforçar a luta em prol do acesso igualitário à educação para todos os indivíduos.

Partindo da perspectiva que o professor tem um papel essencial nesse processo de integração, os professores foram questionados sobre como se sentem enquanto educadores de alunos especiais:

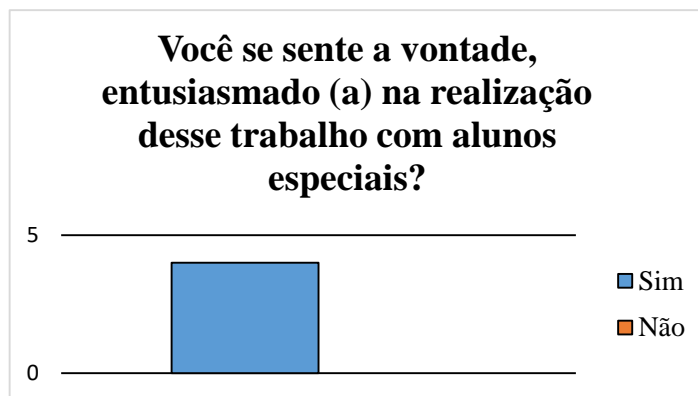


GRÁFICO 7- *Entusiasmo dos professores com o trabalho destinado a alunos especiais*
Fonte: Autor, 2015.

Os professores da pesquisa demonstram que se sentem entusiasmados em poder contribuir para a Educação Especial Inclusiva em Grajaú/MA, destacando ainda que esses profissionais utilizam muitas vezes de seus próprios recursos para poder realizar um trabalho significativo com os alunos, o trabalho desenvolvido pelos entrevistados deveria ser de bi docência, através de um trabalho pedagógico colaborativo, que ocorre a partir do auxílio do professor da escola regular às atividades desenvolvidas na educação comum (MENDES, 2008).

É importante uma maior valorização do trabalho dos profissionais dos AEE, que atuam na busca por melhor acesso dos alunos especiais na educação comum, ressaltando ainda que a inclusão não deve se limitar apenas ao direito de matrícula, mas em todos os momentos da vida escolar dos indivíduos portadores de necessidades especiais.

Diante disso, observou-se a importância de analisar como o município, representado pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) está envolvida na busca por uma educação mais inclusiva.

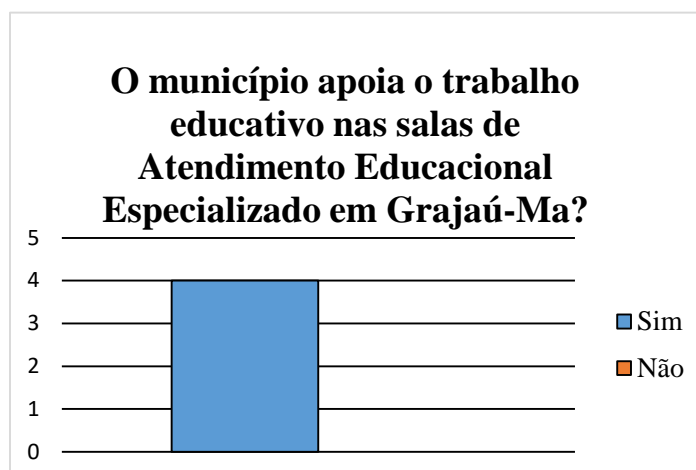


GRÁFICO 8- Apoio do município ao trabalho educativo desenvolvido no AEE
Fonte: Autor, 2015

Apesar do município através da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) disponibilizar o espaço físico das escolas e os profissionais para atuar nessas salas, evidencia-se ainda há importantes carências que poderiam ser supridas pelo município, principalmente tendo em vista que não apenas os especialistas em Educação Especial Inclusiva (como os professores dos AEE).

Dessa forma, propõe-se que seja a todos os professores da rede pública municipal cursos de formação para que estes pudessem trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais, pois o trabalho com estes alunos não deve se limitar apenas ao contra turno, mas deve ser uma prática efetiva em todos os segmentos educacionais.

Conclusões

No decorrer da pesquisa sobre o Atendimento Educacional Especializado em Grajaú/MA, evidenciou-se algumas importantes reflexões, que partindo da nossa atuação no âmbito educacional, propiciaram uma autoanálise sobre de que maneira estamos preparados para trabalhar com a diversidade e a inclusão.

Na busca por compreender de que maneira funcionam as salas de AEE em Grajaú/MA e como este ensino atua em prol da inclusão de alunos especiais na Educação Regular, observou que a concepção de Educação Especial vem sendo introduzida de forma gradual na realidade educacional e que a existência do AEE demonstra que há uma preocupação em incluir os sujeitos com necessidades especiais dentro da rotina escolar, dando-lhe possibilidades de crescimento não apenas pessoal, mas também profissional.

Os principais desafios encontrados na Educação Especial e Inclusiva de Grajaú/MA envolvem justamente a falta de uma ampla formação que habilite os professores da Rede

Pública Municipal a trabalharem com a Educação Especial Inclusiva, o que limita de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que o aluno frequenta não apenas o AEE, mas também a escola regular.

Por fim, deve-se destacar que os professores do Atendimento Educacional Especializado são de fundamental importância para um desenvolvimento educacional voltado para o respeito e a inclusão, é notória a força de vontade desses indivíduos que realizam uma experiência educacional tão importante e que está apenas iniciando, demonstrando que ainda há muito a ser feito pela Educação Especial Inclusiva no município de Grajaú/MA.

Referências

ALMEIDA, Nayara Barbosa de. **Educação inclusiva: uma abordagem sobre a acessibilidade em instituições educacionais.** Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/acessibilidade.asp>. Acessado em: 20/01/2015.

ARANHA, M.S.F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. In: **Temas em Psicologia**, nº. 2. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/01/2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. v.4, nº. 1, p.7-17. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP. 2009.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : **lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>, acessado em: 09/12/2014.

FACIÓ, J. R. (org.). **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: IBPEX, 2005.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ISAIA, S. M. A. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. In: Dilvo Ristoff; Palmira Sevegnani. (Org.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006, v. 5, p. 63-84.
- LEBEDEF, T. B.; PEREIRA, I. L. S. **Educação especial olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- MENDES, E. G. **Formação de professores para a inclusão escolar: instituindo um lugar de conhecimento**. In: ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Inocentem; Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática. São Carlos: Junqueira Marin. 2008.
- PIETRO, Rosângela Gavioli; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2006.
- ROPOLI. e colaboradores. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado – Escola Comum Inclusiva**. Brasília, 2010.
- ROSSETTO, E. ADAMI, A. et. al. **Aspectos históricos da Pessoa com Deficiência**. Educere Et Educare - Revista de Educação / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Cascavel. Colegiado do Curso de Pedagogia. – v. 1. (2006) -. — Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 103-108.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Belém: UNAMA, 2003.